



**ENAN
PUR 2023**
Belém 22 a 26 de maio



A cabeça pensa onde os pés pisam: aprendizados com Extensão Universitária em ATHIS em uma ocupação da zona sul da cidade de São Paulo¹

Larissa Gabrielle da Silva Noriko Hiratsuka
Graduanda em Arquitetura e Urbanismo na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da
Universidade de São Paulo (FAU-USP)
larissahiratsuka@gmail.com

Martim Ferraz Costa Furtado
Graduado em Arquitetura e Urbanismo na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da
Universidade de São Paulo (FAU-USP)
martim.urbarq@gmail.com

Victor Martinez Corrêa e Sá
Graduado e mestrando em Arquitetura e Urbanismo na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
da Universidade de São Paulo (FAU-USP)
victormcsa@usp.br

Sessão Temática 9 - ATHIS e Extensão Universitária em PUR: relatos de experiência

Resumo. Este artigo apresenta a importância da extensão universitária relacionada a atividade de Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social (ATHIS) na formação em Arquitetura e Urbanismo a partir da experiência dos autores em um processo de autourbanização e ocupação no extremo sul do município de São Paulo - a ocupação Anchieta Grajaú. Pretende-se evidenciar o potencial de aprender não apenas sobre os territórios populares, mas com eles, apontando também para a centralidade da dimensão prática (aprender fazendo) na atuação profissional. Para isso, são apresentadas duas atuações da assessoria técnica em parceria com os moradores e universidade: o processo de autourbanização e a construção de 51 casas embrião. Sobre estes, são apontadas experiências de trocas de saberes, conflitos e formas de produção do espaço. Conclui-se evidenciando como estes aprendizados são importantes para a formação em arquitetura e urbanismo.

Palavras-chave: ATHIS; Formação; Ocupação; Territórios Populares; Extensão Universitária

The head thinks where the feet step: learning with University Extension at ATHIS in an occupation in the south zone of the city of São Paulo

Abstract. This article presents the importance of university extension associated with Technical Assistance in Housing of Social Interest activity for the education in the field of Architecture and Urbanism. The thoughts presented here are based on the experience of the authors in the

¹ Este artigo está vinculado ao projeto temático ANR/FAPESP CoPolis - Coprodução social da cidade e ciência cidadã: uma perspectiva comparada sobre classe trabalhadora e bairros precários na França e no Brasil.

process of self-urbanization of an occupation in the extreme south of the municipality of São Paulo - the Anchieta Grajaú occupation. We intended to highlight the potential of learning not only about popular territories, but with them, pointing to the centrality of the practical dimension (learning by doing) in professional practice. For this, two practices of the technical assistance studio in partnership with the residents and the university are presented: the process of self-urbanization and the construction of 51 embryonic houses. On these practices, experiences of knowledge exchange, conflicts and forms of space production are pointed out. We conclude by showing how these learnings are important for training in architecture and urbanism.

Keywords: ATHIS; Training; Occupation; Popular Territories; University Extension

La cabeza piensa donde pisan los pies: aprendiendo con la Extensión Universitaria de ATHIS en una ocupación en la zona sur de la ciudad de São Paulo

Resumen. *Este artículo presenta la importancia de la extensión universitaria relacionada con la actividad de Asistencia Técnica en Vivienda de Interés Social (ATHIS) en la formación en Arquitectura y Urbanismo a partir de la experiencia de los autores en un proceso de autourbanización en ocupación en el extremo sur del municipio de São Paulo - la ocupación de Anchieta Grajaú. Se pretende resaltar la potencialidad de aprender no solo sobre los territorios populares, sino con ellos, apuntando también a la centralidad de la dimensión práctica (aprender haciendo) en la práctica profesional. Para ello, se presentan dos actividades de asistencia técnica en alianza con los vecinos y la universidad: el proceso de autourbanización y la construcción de 51 casas embrionarias. Sobre estos, se apuntan experiencias de intercambio de saberes, conflictos y formas en la producción del espacio. Concluye mostrando cómo estos aprendizajes son importantes para la formación en arquitectura y urbanismo.*

Palabras clave: ATHIS; Capacitación; Ocupación; Territorios Populares; Extensión Universitaria

1. Introdução

O presente artigo tem como objetivo apresentar a importância da extensão universitária relacionada a atividade de Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social (ATHIS) na formação em Arquitetura e Urbanismo. Pretende-se evidenciar o potencial de aprender não apenas *sobre* os territórios populares, mas *com* eles, apontando também para a centralidade da dimensão prática (aprender fazendo) na atuação profissional. Observa-se que a partir das experiências vividas em espaços reais e concretos o aprendizado se efetiva, além de possibilitar um retorno à sociedade. Neste sentido, a atuação em territórios populares com participação de moradores, universidade e assessoria técnica parece configurar um terreno fértil para diversas possibilidades de ações de melhorias habitacionais e urbanísticas e também de reflexões acerca da prática da arquitetura e urbanismo.

Para isso, mobiliza-se aqui reflexões sobre a atuação da assessoria técnica Peabiru TCA e da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo junto aos moradores da ocupação Anchieta Grajaú, no extremo sul da cidade de São Paulo, a partir da experiência de três estudantes de arquitetura e urbanismo envolvidos nas ações de intervenção no espaço da comunidade. São apresentadas as duas principais formas de atuação desta parceria com a associação de moradores: o processo intitulado de *autourbanização*¹ e a construção de 51 casas embrião. Com o relato, pretende-se evidenciar os momentos e os saberes que se mostram complementares à formação em arquitetura e urbanismo, e especificamente em ATHIS, além das complexidades e contradições percebidas entre teoria e prática.

A tradição de pesquisa junto aos territórios autoconstruídos — favelas, ocupações e assentamentos precários no geral — é um exercício constante no campo da Arquitetura e Urbanismo. Foram estudos pioneiros como os de Ermínia Maricato (1982), Raquel Rolnik e Nabil Bonduki (1979), Carlos Lemos e Maria Ruth Amaral de Sampaio (1978) e de Carlos Nelson dos Santos (1980a; 1980b) que possibilitaram um novo paradigma do olhar sobre as periferias brasileiras. Ademais, a participação dos moradores na construção do conhecimento e a

valorização das práticas e relações destes pôde ser vista, por exemplo, nos estudos em Heliópolis e na Brás de Pina, conduzidas, respectivamente, por Sampaio e Lemos, e por Santos.

Tais reflexões, acompanham a trajetória de uma série de arquitetos e urbanistas que atuam pelas periferias e encaminharam debates sobre o lugar do ofício nas diversas esferas de atuação profissional, militante e de pesquisa. Elas podem ser vistas rebatidas em trajetórias contemporâneas, por exemplo, em Santo Amore e Leitão (2019) que destacam a importância de “[...] *olhar para a heterogeneidade dos espaços nas favelas a partir de sua diversidade, do que eles têm e do que são, não daquilo que lhes falta*” (SANTO AMORE; LEITÃO, 2019, p. 17 apud VALLADARES, 2005). Os autores compreendem a favela — e podemos estender essa chave de olhar para outras categorias de assentamentos precários, por exemplo, as ocupações —, não só como *parte da cidade*, mas como *a cidade de fato*. Nesta mesma linha, Morado (2016), relaciona como tais territórios podem ser lidos com ênfase em outros aspectos. Para além da precariedade presente em grande parte das moradias autoconstruídas, os estudos realizados pelo grupo de pesquisa coordenado por Morado (Grupo PRÁXIS/UFMG) enfatizam o conhecimento implícito, lucidez e capacidade crítica dos autoconstrutores.

Ao encontro dos autores citados anteriormente, esse artigo propõe realizar um relato da experiência em extensão universitária relacionada a ATHIS considerando esta prática como um dos caminhos possíveis para aprender *sobre* os territórios populares, ou seja, na prática relacionada ao espaço autoconstruído, e também *com* os territórios populares, ou seja, nas próprias relações, dinâmicas, saberes e trocas que estes lugares proporcionam. Esta distinção é relevante pois diferencia o que é uma atuação do profissional de arquitetura e urbanismo que reconhece o território e sua produção, mas não se relaciona com os sujeitos e saberes que estão presentes na conformação de territórios populares, de uma atuação que se relaciona com estes sujeitos e saberes, inclusive incorporando e trocando estes repertórios de forma a incidir e participar de fato da produção do espaço.

Neste sentido, Ingold (2013, p. 31) descreve o processo de *aprender fazendo*, o que apresenta como sendo um momento em que “[...] *crecemos dentro do conhecimento, mais do que esperando que ele nos seja passado*”. A experiência *in loco* na ocupação, atuando no território por meio da extensão universitária e da assessoria técnica, realiza, ao nosso ver, essa ideia de *aprender fazendo*, ou seja, *aprender na prática*. Assim, identifica-se uma aproximação da ideia de Ingold (Idem) com o aprender *com* o território, na medida em que ambas reconhecem a centralidade da práxis no compartilhamento de saberes.

Nos casos apresentados, estas outras lógicas de aprendizado são identificadas nas experiências de obras em mutirão, na relação com os moradores, nas tarefas da construção — como na tentativa de assentar um bloco ou organizar ferragens —, e na autourbanização — medindo lotes, reconstruindo barracos, e encontrando alternativas por meio do diálogo com as famílias. Enquanto estudantes e profissionais em formação, escolhemos atuar em territórios populares com o intuito de contribuir na sua transformação, e assim como na construção do espaço, somos também transformados.

Dentre as muitas transformações percebidas, iremos discorrer principalmente sobre a construção da prática de intervenção no território autoconstruído a partir das *relações dialógicas* — conforme estabelecido por Freire (1974) —, os seus limites, possibilidades no trabalho cotidiano na ocupação, e suas contribuições para o repertório da formação em arquitetura e urbanismo. É importante ressaltar que os relatos aqui apresentados são resultado das reflexões dos autores acerca de suas experiências como estudantes que acompanharam a atuação da assessoria técnica junto a grupo de extensão universitária na ocupação Anchieta Grajaú no ano de 2022.

Para isso, o artigo é estruturado na apresentação do território da ocupação Anchieta Grajaú, seguido pelos relatos referentes ao processo de autourbanização e à construção das 51 casas embrião, que buscam evidenciar a centralidade da práxis no compartilhamento de saberes. Por fim, retomamos os principais aspectos na conclusão.

2. Apresentação do território

A ocupação Anchieta encontra-se no distrito do Grajaú, no extremo sul do município de São Paulo, entre os dois principais reservatórios da Região Metropolitana de São Paulo - Represas Billings e Guarapiranga. Este trecho de cidade entre lagos configura um largo istmo de área densamente urbanizada, ao sul da qual se encontra a fronteira da mancha urbana paulistana. O território é marcado pela extensa urbanização periférica (CALDEIRA, 2017) decorrente de loteamentos, majoritariamente irregulares, e favelas entre os anos 60 e 70. Este processo configura uma mancha urbana fragmentada que vem sendo preenchida desde os anos 90 por novas ocupações e loteamentos, como é o caso da ocupação Anchieta.

Sobre a mancha urbana entre estes reservatórios, é importante ressaltar que as bacias hidrográficas destes configuram a chamada Área de Proteção aos Mananciais (APM) - uma área definida por legislação estadualⁱⁱ como sendo de grandes restrições à ocupação urbana como tentativa de prezar pela qualidade das águas coletadas para o abastecimento. Se por um lado as restrições tinham como objetivo ordenar o uso e ocupação do espaço urbano, o que se verifica é a inviabilização de empreendimentos do mercado imobiliário formal e a ocupação quase exclusivamente irregular e precária por loteamentos clandestinos e favelas (MARTINS, 2006). A prática da regularização fundiária e da urbanização na APM apresenta um desafiador exercício de diálogo com os parâmetros municipais e estaduais de uso e ocupação do solo, que tornam complexa a atuação da assessoria técnica neste território.

O terreno em que se encontra a ocupação Anchieta Grajaú foi ocupado inicialmente no dia 27 de julho de 2013, e está localizado no extremo sul da cidade, a 15 minutos de ônibus da estação Grajaú de trens urbanos (Linha 9 - Esmeralda). É considerada uma ocupação jovem, conceito vindo da leitura de ocupações surgidas na última década na metrópole de São Paulo e que parecem ter alguma articulação entre si, sendo caracterizada pelo alto grau de vulnerabilidade social, baixa consolidação e condições de habitabilidade, ausência de infraestrutura urbana, e, geralmente, menos de 10 anos (OLIVEIRA, 2021, p. 18; GOMES, 2013). Na cidade de São Paulo, o ano de 2013 é marcado pelo surgimento de diversas ocupações enquadradas neste conceito particularmente na região sul (GOMES, 2013), as quais apresentam também algum grau de articulação política entre si (SANTO AMORE, 2018 apud VIANA, 2020).

O terreno em que está a ocupação é de propriedade do Instituto Anchieta Grajaú (IAG), que oferece serviços sociais para crianças e jovens de toda a região, e ocupa apenas uma pequena porção do terreno ao sul com equipamentos em galpões, que abrigam seus serviços. Assim, este é um caso em que há uma disputa pela posse com um proprietário ativo na ocupação e produção do espaço. Desde o início da ocupação, o IAG expede um pedido de reintegração de posse, no entanto, nos últimos 9 anos nunca executou a reintegração. Isso se dá por conta da responsabilização legal pelo desmatamento em APM, no entanto, há na prática também um alinhamento entre os objetivos de desenvolvimento social do instituto e a luta pela permanência das famílias da ocupação Anchieta. Isso configura um cenário em que a ocupação recebe apoio parcial de permanência por parte do proprietário do terreno, mas não significa necessariamente o acesso a condições materiais de qualificação do espaço.

A área da ocupação Anchieta Grajaú tem aproximadamente 140 mil m², e contém uma nascente e um córrego, ao redor dos quais é demarcada uma área de proteção permanente (APP). Há mais de 1.063 famílias no território, as quais têm como perfil predominante a composição de uma maioria negra, mulher e com renda entre 0 a 2 salários mínimos (SM). Este perfil não corresponde a uma composição homogênea dos moradores, mas sim explicita que no contexto de precariedade habitacional e pobreza deste território, são as mulheres negras as mais afetadas pela situação. Cabe ainda ressaltar que são comuns as mães solo e famílias chefiadas por mulheres.

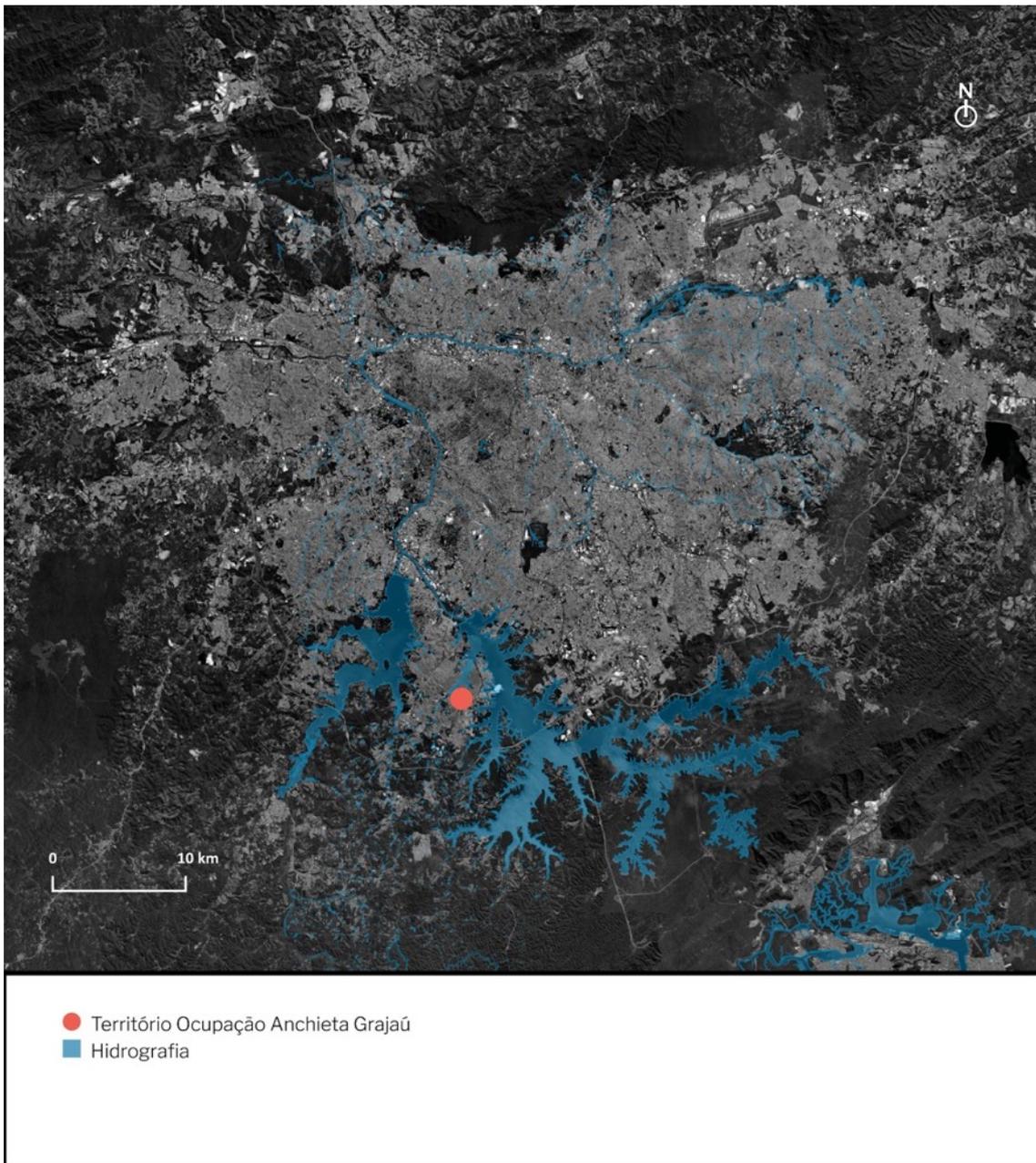


Figura 1. Mapa da inserção do território da ocupação Anchieta Grajaú na mancha urbana da metrópole paulista (fonte: elaborado pelos autores, São Paulo, 2022).

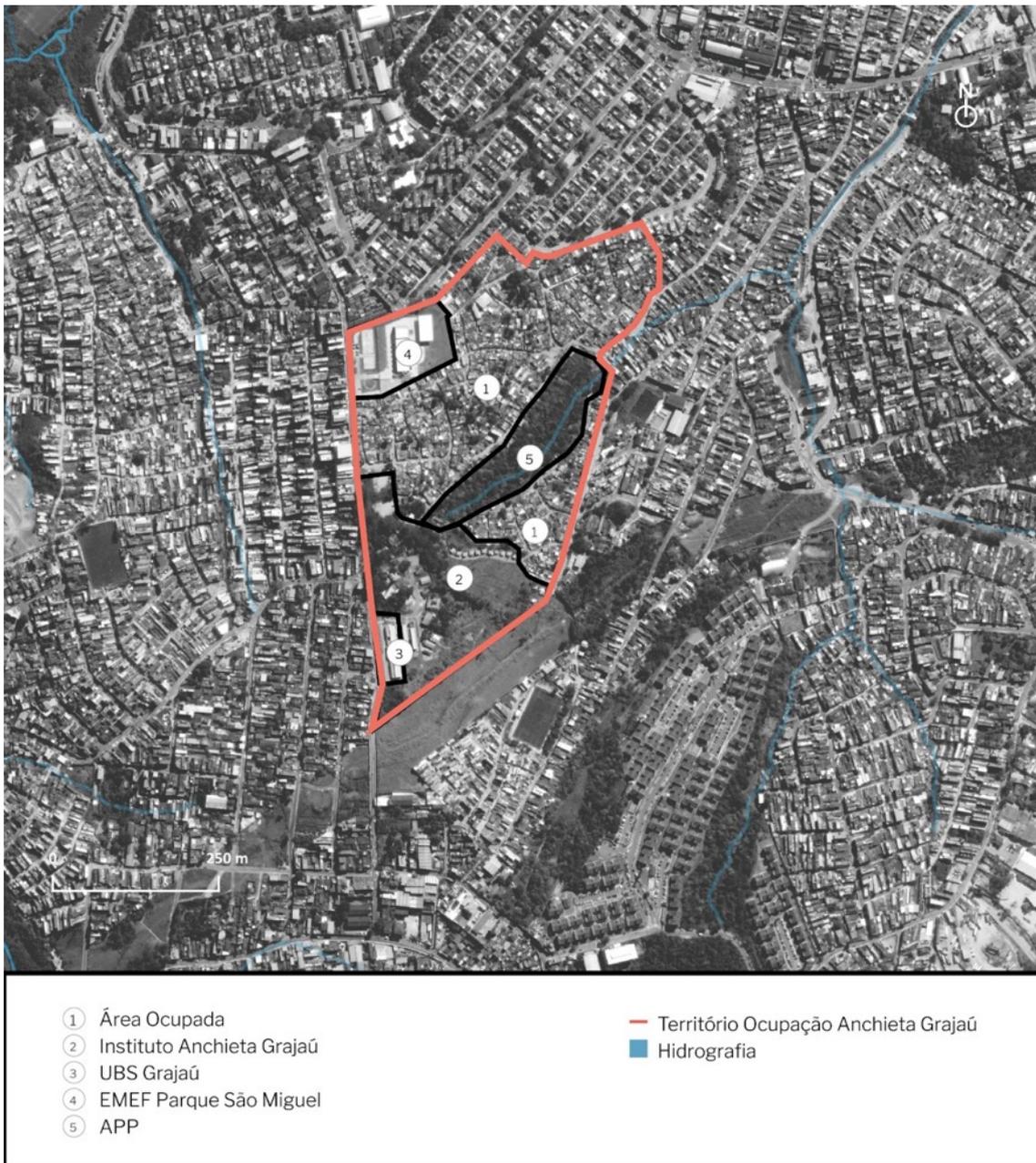


Figura 2. Mapa do território da ocupação Anchieta Grajaú. (fonte: elaborado pelos autores, São Paulo, 2022).



Figuras 3 e 4. Paisagem da ocupação Anchieta Grajaú (fonte: acervo dos autores, São Paulo, 2022).

A assessoria técnica e a universidade atuam na ocupação Anchieta Grajaú desde 2019. Relatos de lideranças e de técnicos contam que esse diálogo se formou por meio do grupo de advogados populares, defensores públicos e da União dos Movimentos de Moradia (UMM), que vinham apoiando a ocupação acerca da defesa judicial contra o processo de reintegração de posse movido pelo proprietário do terreno (IAG), nas negociações e debates de alternativas para permanência e consolidação das famílias no território. Assim, é importante apontar que o contato com a assessoria técnica e universidade foi possível apenas por conta da organização social prévia dos moradores a partir de sua articulação em rede com movimentos sociais.

O diálogo, então, estabelece-se a partir da necessidade de delinear propostas de urbanização e regularização fundiária da ocupação que contemplem os interesses dos moradores, já que a regularização urbanística e da terra foi contrapartida exigida pelo IAG para suspender a reintegração de posse. O primeiro plano elaborado pela assessoria técnica em colaboração com a associação de moradores tem como objetivo apresentar uma alternativa ao projeto que o proprietário do terreno sugeria a princípio: de pagamento pela aquisição do terreno pelas famílias, no qual apenas 70% destas seriam contempladas com lotes.

Assim, foi realizado um levantamento socioeconômico, planialtimétrico e das casas em 2019, a partir do qual um Plano Geral de Urbanização entre 2020 e 2021 é formulado. Este propõe a reorganização da comunidade com um desenho de lotes e ruas que melhora a disposição existente, seguindo as normativas urbanísticas.

A implementação do Plano Geral de Urbanização se dá à margem de qualquer política pública, sendo financiada com recursos de editais de organizações profissionais (CAU/SPⁱⁱⁱ e CAU/BR^{iv}), recursos da própria assessoria técnica, e principalmente a própria força de trabalho dos moradores da ocupação, na abertura de ruas, demarcação de lotes e realocação das famílias, configurando o processo intitulado de autourbanização.

No presente artigo entende-se como autourbanização^v o processo de um modo de produção do espaço que emprega estruturalmente a mesma força de trabalho e recursos que a autoconstrução, ou seja, a dos próprios moradores. Inclusive são processos paralelos e há a prática da autoconstrução na produção do espaço posta como autourbanização. No entanto, com este termo, tenta-se diferenciar a autoconstrução, que é uma prática que produz o espaço tendo a casa como dimensão da organização da ação construtiva, da autourbanização, que é uma prática que produz o espaço a partir da inserção do bairro na cidade, bem como no futuro desenvolvimento daquele território. Principalmente, através da utilização de um plano, ou outros marcos que apresentem uma concepção do espaço de maneira ordenada.

Além do processo descrito acima, a assessoria técnica neste ano (2022) também foi contemplada em um edital de uma ONG internacional^{vi} que financiou a compra de material para construção de pequenas casas embrião. Estas são construídas em alvenaria, possuem 20 m², e são compostas por um cômodo e banheiro — passíveis de ampliação posterior pelos moradores. Como o dinheiro só pode ser utilizado em materiais de construção, houve a necessidade de recorrer à contratação de pedreiros da própria comunidade e também da prática de mutirão para construção das moradias. Com relação à construção destas casas, a necessidade de mobilizar recursos para atividades além da aquisição de materiais de construção configurou um dos maiores desafios desta experiência, assim como um grande conflito ante a impossibilidade de conduzir o processo com os recursos disponíveis. Esta situação será descrita mais adiante.

A interlocução principal para realização da extensão universitária no território se dá pela assessoria técnica, já que um dos arquitetos e urbanistas da equipe também é professor e pesquisador. Neste sentido, a extensão universitária aqui colocada se dá sob duas ordens: uma primeira é a participação nos trabalhos coordenados pelo escritório no território (a autourbanização e a construção de casas embrião); e uma segunda, no grupo de pesquisa CoPolis^{vii}, que estuda práticas de co-produção urbana que reúnem sociedade civil, universidades, profissionais, e muitas

vezes apoiados por instituições públicas, e, no qual, a ocupação Anchieta Grajaú é um dos estudos de caso.

Estas duas ordens se sobrepõem aos estudantes extensionistas conforme os vínculos institucionais com a atuação da ATHIS e configuram uma situação em que o compromisso com a atuação no território resulta em uma imbricada relação profissional-militante-pesquisadora. Esta relação cria condições para que a arquitetura e urbanismo seja praticada de formas e em relações diversas com os produtores do espaço, abrindo possibilidades para a troca entre saberes técnicos, acadêmicos e populares. Este tipo de troca se torna ainda mais potente com práticas de *aprender fazendo* em territórios autoconstruídos, que permitem conhecer e incidir sobre os processos que marcam as paisagens urbanas brasileiras.

A seguir serão tratados os duas formas de atuação sobre a prática extensionista e de assessoramento técnico, que, em conjunto com moradores, associação de moradores e construtores da comunidade buscam transformar o espaço, sempre em vista de melhorar as condições de vida das famílias da ocupação, garantindo sua permanência no território. A primeira trata do processo de autourbanização, evidenciando os limites e a potencialidades de promover uma urbanização baseada nas condições materiais e socioeconômicas dos moradores para a execução de um projeto no território e as dificuldades advindas disso. A segunda, trata da construção de casas embrião e duas dimensões do processo: um, sobre o curso para pedreiros da comunidade, conduzido pela assessoria técnica e pela universidade; e dois, sobre os aspectos da própria obra, em exemplos de como se dá na prática a confluência ou divergência entre conhecimento técnico formal e conhecimento popular.

3. O processo de Autourbanização

3.1 Elaboração do Plano

Com a entrada no terreno em 2013, a ocupação Anchieta teve seu início de forma pulverizada no espaço com a construção de pequenos barracos dispersos no território. Com os anos que seguem, não só há um significativo adensamento da ocupação, com a chegada de novas famílias, mas também uma maior organização do espaço.

Um evento importante na configuração espacial da ocupação Anchieta é a construção de uma Escola Municipal de Ensino Fundamental (EMEF), para a qual uma grande porção a norte do terreno tem a desocupação negociada com os moradores para, que ocorre rapidamente e sem grandes conflitos. Neste mesmo ano, há uma segunda situação de desocupação, a retirada de famílias da APP ao redor do córrego, processo exigido pelo proprietário do terreno, como uma das muitas contrapartidas para suspensão do processo de reintegração de posse. Ambos os processos foram coordenados pela associação de moradores e contaram com deslocamento dos moradores para as quadras da própria ocupação. Desta forma, mesmo com a realocação das famílias, nenhuma deixou de morar na ocupação. Os dois momentos expostos acima são marcos da grande capacidade de organização social e intervenção no espaço por parte dos moradores organizados através da associação de moradores. Este é o cenário sobre o qual a assessoria técnica, a universidade e os moradores se deparam ao longo do exercício de elaboração e implementação do processo de autourbanização.

O Plano Geral de Urbanização foi realizado através de diálogo constante entre moradores e assessoria técnica. Mesmo com a finalização da proposta inicial é importante ressaltar que o seu desenho continua a ser revisado e refeito com o passar do tempo e conforme as necessidades identificadas. O intuito dele, para além de projetar uma mudança espacial no território que impactasse na melhora de vida dos moradores, era dar sustentação ao pedido de regularização fundiária da área, já classificada pela Prefeitura como Regularização Fundiária de Interesse Social (Reurb-S)^{viii}.

O cadastramento das famílias, realizado pela assessoria técnica, foi um instrumento chave para a execução do Plano Geral Urbanístico. O número de aproximadamente 1.063 famílias foi estabelecido com este levantamento e a partir dele se estipulou a área mínima para cada lote, prezando pela permanência de todas as famílias. Para o cálculo, utilizou-se a 80% da área total da ocupação, sendo 20% descontados para via pública e manutenção de áreas verdes. Com isso, chegou-se ao resultado que a área mínima de cada lote unifamiliar seria de 60 m². Uma área pequena, considerando os parâmetros do lote mínimo de 125 m² definidos pela Lei Lehman (LF N° 6766/79).

A definição e compactuação do tamanho do lote mínimo como sendo 60m² representou um processo complexo. Uma quantidade considerável de moradores não se mostrou totalmente satisfeita com o tamanho. Existia o descontentamento daqueles que ocupavam áreas com áreas acima de 60m² com a perda de terreno. Foram inúmeras as assembleias e reuniões realizadas com o intuito de construir um entendimento coletivo que aquela era uma divisão que procurava atender igualmente e de maneira qualitativa todas as famílias cadastradas no levantamento de 2019.

Uma das estratégias utilizadas era a de representar espacialmente o que eram 60m², com o traçado em gis no piso ou tensionamento de barbante, para demonstrar que, apesar de ser uma quantidade limitada de espaço, 60m² não é uma área tão pequena. Além disso, eram realizados croquis que representavam as diferentes possibilidades de ocupação de um lote de 60m², demonstrando aos moradores que era possível construir casas com mais de um quarto. Simultaneamente, ocorria a medição das moradias atuais das famílias, algumas que inclusive acreditavam que perderiam área com a autourbanização, quando em alguns casos poderia haver um acréscimo.

Relacionada a essa discussão, ocorreu o embate quanto ao tamanho das ruas. O Plano Geral previa que as principais tivessem uma largura 9 metros, e as secundárias de 7 metros. Parte dos moradores levantaram a impressão que essas medidas de largura de via eram excessivas e que se as vias fossem menores, sobraria mais espaço para os lotes. Por isso, foram realizadas atividades, como a medição de vias existentes do entorno, medição das calçadas, discussão de um dimensionamento de ônibus, entre outras, para se consensuar sobre a importância das áreas destinadas às vias públicas. Interessante destacar que conforme atingiu-se o consenso, observou-se um entendimento maior do esboço do plano geral apresentado, o que resultou numa maior participação e apropriação do desenho urbano do que era proposto no projeto.

Inclusive, foi demandada pelos moradores e discutida com a assessoria e o grupo de pesquisadores universitários a proposta de se modificar qual seria a via definida como principal. A mudança exigida era relacionada a reconhecer como via principal a rua em que havia a presença de duas associações de bairro e da própria sede da comunidade — via que a princípio não estava definida como principal. Com isso, a sugestão dos moradores foi significativa para a modificação do plano geral urbanístico e demonstrou domínio espacial sobre a proposta em elaboração.

3.2 Aspectos importantes

A situação descrita acima evidencia o limite e a potência de se promover uma urbanização baseada na relação com os autoconstrutores e não apenas na execução de um projeto realizado sem participação da comunidade afetada. A pactuação das definições postas no projeto com participação da associação de moradores e dos moradores propicia uma maior compreensão, e conseqüentemente, apropriação do que é proposto como mudança do ordenamento territorial. Entretanto, isso não significa a ausência de outros conflitos e percalços inerentes ao processo.

Compactuado o tamanho do lote mínimo e a largura das vias, foram propostas ruas baseadas na posição das vielas atuais e no caminho das águas pluviais — cujo fluxo se direciona para a área da nascente de um córrego no centro da ocupação. Assim, a definição dos eixos viários foi conformando o formato final das quadras. Em seguida, houve o exercício de divisão das quadras

em lotes. Com o tamanho mínimo do lote sendo 60m², definiu-se que os lotes padrão iriam variar entre 4x15m, 5x12m, ou 6x10m.

Com o loteamento das quadras são identificadas as mudanças necessárias na readequação de cada barraco para que eles se encaixem nos lotes desenhados e destinados à respectiva família. Alguns não precisam ser realocados, enquanto outros tem que ser apenas parcialmente modificados com o deslocamento de alguma parede ou remoção de alguma parte. Há também aqueles que precisam passar por muitas alterações ou têm que ser totalmente realocados. Essas mudanças necessárias podem ser observadas nas plantas de realocação elaboradas pela assessoria técnica e grupo de pesquisadores universitários.



Figura 5. Momento de reunião da quadra, explicando a alocação das famílias nos lotes previstos no Plano Geral de Urbanização, discutindo estratégias para deslocamentos e tirando dúvidas dos moradores. (fonte: acervo dos autores, São Paulo, 2022).

Uma vez que as realocações são identificadas com o loteamento da quadra, a a equipe formada por assessoria técnica e pesquisadores universitários — junto com a associação de moradores em alguns casos — continua o diálogo com os moradores para tratar das mudanças específicas necessárias na moradia de cada família. A estratégia, no geral, consiste em fazer reuniões com quase todos os moradores da quadra em questão para compactuar e definir os prováveis deslocamentos e a ordem deles. Em seguida, se conversa individualmente com cada morador e se demarca o lote, dentro e fora do barraco, indicando as partes que terão que ser alteradas.



Figura 6. Momento de marcação de um dos lotes previstos no Plano Geral de Urbanização elaborado pela assessoria técnica. (fonte: acervo dos autores, São Paulo, 2022).

Diante da extrema vulnerabilidade social a que estão submetidos os moradores da ocupação, qualquer modificação no barraco representa um custo muito impactante para a estabilidade material. Alterações ainda que apenas em partes pontuais dos barracos podem comprometer uma parte crítica do orçamento já restrito dessas famílias.

Além disso, em um cenário precarizado do mercado de trabalho (ANTUNES, 2018), o tempo dessas famílias é quase todo mobilizado para a geração de renda. É considerável a quantidade de relatos de pessoas que fazem diversos trabalhos informais nos fins de semana para complementarem a renda, o que evidencia a dificuldade de organizar o pouco — ou quase nenhum — tempo que resta para lazer, quanto mais para a realocação de sua moradia em função da autourbanização .

A dimensão quanto a dificuldade apresentada por essas famílias em relação ao deslocamento é observada no diálogo constante com elas. A presença da equipe formada por assessoria técnica e pesquisadores universitários nas reuniões com elas para compactuação e elaboração de estratégias relativas ao deslocamento representa tanto um esforço para realização para o projeto elaborado conjuntamente com o coletivo dos moradores representado pela associação, como também uma atitude que sugere a modificação dinâmica do cotidiano das famílias, que para realizar o que é proposto pelo plano geral, tem que investir dinheiro e tempo que, no geral, não possuem.

As dificuldades relacionadas à intervenção territorial proposta tensionam o pacto coletivo em torno do processo de autourbanização da ocupação. O que, em tese, traria melhoria nas condições de vida, pode representar também, um aumento das dificuldades enfrentadas pela família já em uma situação de vulnerabilidade em função dos esforços necessários quanto a realocação da sua moradia.

Os benefícios relativos à execução da autourbanização são então questionados, já que não há garantias concretas de que cada família conseguirá se deslocar, devido aos limites já expostos. E para que o Plano Geral de Urbanização seja realizado em sua totalidade é necessário que a grande maioria dos moradores consigam deslocar suas moradias. Se em uma quadra, apenas uma família se recusar ou não conseguir se deslocar, impede e prejudica a realocação de toda uma gama de outras moradias e interfere na concretização territorial do desenho proposto no Plano Geral de Urbanização.

A importância da construção desse entendimento coletivo para a execução do projeto evidencia a dimensão social, e não apenas técnica, para realização do projeto de autourbanização. Ponto que é compreendido a partir da atuação prática da assessoria técnica e do grupo de extensão universitária. A compreensão da importância das condições materiais e socioeconômicas dos moradores para a execução de um projeto no território e as dificuldades advindas dela é um ensinamento fundamental na experimentação da execução do que é projetado, ou seja, no *aprender fazendo*. Não bastam os conhecimentos técnicos referentes a técnica de projetar, se faz necessário as habilidades de compreensão, negociação, mediação para que, no contexto apresentado, seja executado o projeto desenhado. Essas habilidades são tensionadas no contexto no qual se realiza o processo de autourbanização, de extrema vulnerabilidade social e econômica em território marcado pela informalidade, no qual a promoção da habitação fica a cargo, principalmente, dos próprios moradores.

Uma vez que a mão de obra e os recursos para a realocação dos barracos são disponibilizados pelas próprias famílias moradoras, subordina-se a gestão e execução da autourbanização às relações entre a assessoria técnica, universidade, associação de moradores e moradores. Configura-se um cenário em que a micropolítica da vida cotidiana e particular das famílias toma papel central na viabilidade de implementação do projeto coletivo. Não só torna-se importante a gestão das relações pessoais, mas também as relações entre os saberes construtivos. Nesta configuração, em que a autoconstrução continua sendo o modo estrutural de produção do espaço, ainda que haja a coordenação por uma assessoria técnica e a presença do conhecimento acadêmico, as formas como se intervém no espaço são definidas conforme os saberes e as possibilidades materiais daqueles que o produzem, os moradores. Assim, apesar da construção coletiva do plano, é na organização do recurso tempo e recurso material de construção que são definidas as possibilidades de reordenamento deste território popular.

Este parece ser um ponto fundamental de complementaridade da formação em arquitetura e urbanismo: reconhecer que — sobretudo na atuação em territórios populares e autoconstruídos em que o tempo do trabalho próprio é um dos principais recursos — a possibilidade de produção do espaço se dá de forma indissociada da gestão do tempo. Evidencia-se também os limites e a potencialidades de promover uma urbanização baseada nas condições materiais e socioeconômicas dos moradores para a execução de um projeto no território e as dificuldades advindas disso. Esses entendimentos só foram possíveis com a dimensão do aprender fazendo, com a experimentação e execução desse projeto e em contato e diálogo com as famílias afetadas.

4. A Construção de casas embrião

4.1 Contextualização e descrição sobre o projeto

A construção de casas embrião na ocupação Anchieta acontece a partir de um projeto submetido pela assessoria técnica ao edital do *Servicio Latinoamericano, Africano y Asiático de Vivienda Popular* (SELAVIP). Esta entidade internacional do terceiro setor seleciona projetos para financiar materiais para construção de moradias no sul global. Em termos numéricos, o projeto submetido contempla apenas 51 das mais de 1.063 famílias que vivem em condições mínimas de habitabilidade e sem acesso a saneamento básico no território.

As 51 famílias foram selecionadas a partir de critérios estabelecidos pela associação de moradores, e a equipe formada pela assessoria técnica e grupo de extensão universitária. O critério principal era a família já ter um lote liberado ou em vias de liberação e ainda não ocupado, o que facilitava o processo de construção do embrião. Também se procurou selecionar as famílias em maior situação de vulnerabilidade social e risco em função das condições de seus barracos. Outro critério era a seleção de famílias cujo deslocamento se avaliava estratégico para o processo de autourbanização como um todo; entendia-se que a participação no projeto do SELAVIP auxiliaria e incentivaria a família a realocar seu espaço de moradia.

Apesar da ONG internacional financiar os materiais de construção, não havia dinheiro destinado para a mão de obra envolvida no processo de construção dos embriões. No modelo proposto pela assessoria técnica e associação de moradores, os mutirantes auxiliariam na construção, mas também haveria a contratação de pedreiros e um mestre de obras. O custo dessa contratação seria arcado pelos moradores e também doações externas.

O projeto da casa é implantado nos lotes marcados pelo processo de autourbanização, todos com cerca de 60 m². A planta consiste em um cômodo e um banheiro em alvenaria de bloco cerâmico, estrutura de concreto armado e área construída aproximada de 20 m². Compreende-se que as casas embrião não representam a opção de acesso à moradia mais adequada para os moradores atendidos, principalmente, em função do embrião não ser uma casa completa e ser necessário investimentos futuros — não garantidos — da família para que ele possa se configurar como uma casa completa.



Figura 7. Casa embrião com obra em andamento, na etapa de alvenaria (fonte: acervo dos autores, São Paulo, 2022).

No entanto esta foi a opção de projeto possível dentro do escopo do edital da SELAVIP sendo que o recurso designado pela ONG para cada casa não viabiliza a construção do projeto completo conforme pensado pela assessoria técnica. A quantificação de recursos para a construção das casas definida pela ONG não leva em conta as condições econômicas de cada país, a variação de custo dos materiais e as diferentes condições geográficas e sociais em que os projetos são implantados. Resultando em um valor padrão para qualquer unidade habitacional nova no mundo. No caso do edital de 2022 o valor por casa foi de US\$1.400,00^{ix}, que gira em torno de pouco mais de R\$7000,00.

Diante da ausência de política pública de urbanização ou provisão habitacional e até mesmo, melhorias habitacionais, as casas embrião configuram-se como possibilidade na urgência por melhores condições de moradia em um território majoritariamente autoconstruído com madeirite e outros materiais precários.

As construções embrião para a ocupação Anchieta Grajaú foram projetadas para suportar um pavimento superior (tipologias tradicionais da “forma de construir” das periferias urbanas brasileiras) e intempéries físicas (como a umidade ascendente), possibilitando maior conforto ambiental que os barracos de madeira normalmente observados na ocupação. Além disso, a casa de alvenaria proporciona maior segurança aos moradores: segurança contra patologias prediais; segurança da posse (mesmo que juridicamente não garantida, a casa de bloco representa uma

consolidação progressiva no território); e a segurança psicológica, ou seja, que se efetiva a partir da segurança obtida pelos dois primeiros.

A execução da obra foi realizada, no início, por oito pedreiros da própria comunidade, que também são beneficiários do projeto de casas embrião. Atualmente, permanecem cinco pedreiros. Eles são remunerados com contrapartida financeira paga pelas famílias atendidas pelo projeto. O emprego da construção por mutirão — requisito da SELAVIP para financiamento, e também opção da assessoria já que as famílias não possuem dinheiro para arcar com alto custo de mão de obra — é composto pela realização de tarefas da obra como controle de almoxarifado, montagem de armaduras, transporte de blocos e preparação de concreto. Os integrantes do mutirão são formados pelas famílias que receberão as casas, sendo parentes, conhecidos ou, até mesmo, contratação de terceiros, no caso de moradores que não conseguem comparecer ao mutirão por conta do trabalho. O projeto submetido pela assessoria técnica previu também a contratação de um mestre de obras. Ele fazia o acompanhamento diário das obras, e, recentemente teve que ser dispensado por falta de recursos. A assessoria técnica e bolsistas de extensão universitária realizam, em conjunto, o acompanhamento e gerenciamento da obra, sendo apoiados em maior ou menor medida pela associação de moradores.

4.2 Aspectos importantes

O projeto arquitetônico foi elaborado previamente pela assessoria técnica para submissão ao edital da SELAVIP, criando três tipologias para cada tipo de lote padrão do Plano Geral de Urbanização: lote de 4x15m, 5x12m e 6x10m, além de projetos específicos em lotes não padronizados. Com a contratação de pedreiros para auxiliar na construção das casas e considerando que cada um conta com seu próprio *saber-fazer*, elaborou-se um curso para que houvesse a capacitação, treinamento e alinhamento de procedimento para construção das 51 casas embrião na ocupação. O curso foi conduzido por um arquiteto e urbanista técnico da assessoria e também professor universitário, por uma professora do grupo de pesquisa e extensão universitária e por um mestre de obras e professor inserido na Educação para Jovens e Adultos (EJA) e cursos profissionalizantes para pedreiros.

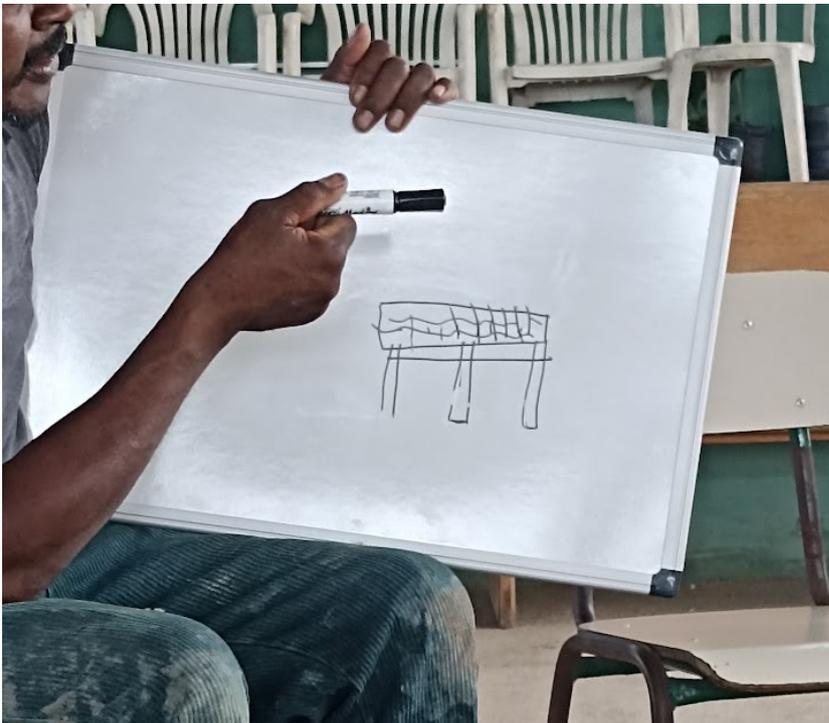


Figura 8. Pedreiro que participa do projeto de casas-embrião em reunião do curso para pedreiros na sede da associação de moradores, desenhando no quadro branco a execução de uma laje que ele fez em outra obra (fonte: acervo dos autores, São Paulo, 2022).

As aulas abordaram um conteúdo teórico sobre representação e etapas de execução da casa (de locação às instalações prediais), e contou também com uma aplicação prática, onde foram construídas duas das 51 casas de alvenaria. Neste processo os pedreiros puderam compartilhar seus próprios conhecimentos e os aprendizados do curso. Durante esse período, que ocorreu logo no início de 2022, foi experimentada na prática a *educação dialógica* de base freiriana, onde pedreiros, técnicos, professores e estudantes puderam desenvolver um espaço coletivo para discussão e troca de saberes.

Em uma reunião do curso, em maio, após finalização da fundação das duas casas, os pedreiros e parte da equipe técnica se reuniram e durante a conversa puderam discutir melhorias de projeto e execução da obra para as próximas casas. Um exemplo interessante de ser compartilhado é o da execução das sapatas e vigas baldrame. O projeto arquitetônico previa que ambas as peças de fundação fossem executadas em mesmo nível. Entretanto, a amarração de suas armaduras complicou muito o trabalho dos pedreiros: era necessário passar os ferros um dentro do outro, o que levava tempo e esforço. A partir desse diálogo, todas as próximas casas foram realizadas executando a baldrame por cima da sapata — sugestão dos próprios pedreiros. Medida que resolveu o problema e agilizou a obra.

Após a execução de algumas etapas da obra das duas casas do canteiro-escola do curso de pedreiros foi iniciada a construção das primeiras 8 casas embrião. Até o momento foram entregues 10 casas, há obras de 14 casas em andamento e as outras 27 moradias serão construídas no ano que vem (2023).

A princípio, os pedreiros trabalhavam em duplas, já que a maioria das construções são geminadas, e a assessoria avaliou que o trabalho conjunto poderia ser proveitoso para a execução das obras. Ao longo do processo, a maioria das duplas se desfez. As obras funcionam de terça a domingo, com trabalho dos pedreiros, mutirantes, mestre de obras (até outubro) e presença da equipe técnica e de extensão universitária (todos os dias até meio do ano, após o encerramento de financiamento do CAU/SP a equipe da assessoria diminuiu, passando a ir pra campo apenas dois dias da semana).

As compras de materiais se dão em fornecedores e depósitos locais. No início do ano, tentou-se parceria com um único fornecedor, e não deu certo. O depósito deixou de entregar os materiais, atrasando o ritmo da obra. Atualmente, o projeto conta com fornecedores para cada item da construção: pedra, areia, cimento, blocos, telhas, madeira, ferragens, pequenos itens (prego, arame, ferramentas, EPI).

Sobre o mutirão cabe destacar a ampla participação de mulheres. Grande parte das famílias da ocupação é chefiada por elas, assim, elas representam um número expressivo de beneficiárias no projeto das casas embrião. Além disso, mesmo com as diversas dificuldades enfrentadas na execução do projeto, principalmente do ponto de vista financeiro, e também em relação às condições precárias que estão submetidas as famílias que trabalham na construção das casas, um movimento espontâneo surgiu recentemente entre os moradores, o intitulado *mutirão do bem*, que reúne pessoas que criaram um vínculo de ajuda mútua durante as obras.

Muitos são os aprendizados quando a prática do profissional de arquitetura e urbanismo é realizada *com* o território, ou seja, com participação ativa dos sujeitos que nele o intervêm e vivem.

Um primeiro exemplo é o conhecimento sobre a distinção da qualidade dos blocos cerâmicos ou da colher de pedreiro através do conhecimento dos pedreiros e seu compartilhamento com a equipe técnica e extensionistas. Assim como as diversas formas de se levantar fiadas de alvenaria utilizando os mesmos instrumentos, mas utilizando procedimentos diferentes. Alguns pedreiros levantam a parede fiada por fiada; outros levantam os blocos das extremidades da parede formando “meias pirâmides” e, a partir disso, completam os meios das fiadas por completo.



Figura 9. Pedreiro subindo as fiadas de alvenaria em forma de meia pirâmide e checando prumo da parede (fonte: acervo dos autores, São Paulo, 2022).

Figura 10. Blocos de diferentes qualidades colocados lado a lado: acima um bloco com reforço e abaixo um bloco de menor qualidade (fonte: acervo dos autores, São Paulo, 2022).

Com relação a formação de arquitetos e urbanistas, há um aprendizado, por exemplo, sobre como medir nível e prumo, assim como da sua importância e da dificuldade de demarcação destes referenciais em um território cuja construção é frágil, a topografia variada e apresenta poucos marcos visuais estáveis. Adquire-se também o conhecimento de ferramentas que vão da enxada à galga — instrumento feito de um pedaço de madeira, linha de pedreiro e pregos e facilita o assentamento de blocos.

Ainda que haja consonâncias entre os saberes populares e os acadêmicos, nem tudo converge de forma harmoniosa: os conhecimentos se esbarram e há estranhamento. Por exemplo, foi difícil convencer os pedreiros de que a broca teria que ser de 2,5 m de profundidade para suportar um pavimento superior: para eles, aquela profundidade aguentaria mais 3 lajes.

Mas não era só a resistência dos pedreiros que impediu, em alguns terrenos, a chegada em 2,5 m de profundidade da broca: a presença de solos muito duros em alguns locais da ocupação impediu que se chegasse à medida prevista pelos arquitetos. Constantemente foi necessária a alteração dos desenhos arquitetônicos para que se adequassem às condições reais do território. A cada mudança, ficava mais claro que o desenho de prancheta não acompanhava a imprevisibilidade e as limitações do espaço autoconstruído e das condições materiais e financeiras dos pedreiros, famílias e mutirantes envolvidos no processo.

Em um processo que emprega o mutirão como forma de construção, a capacidade e as dimensões da intervenção no espaço se tornam diretamente relacionadas às condições de tempo e recurso das famílias participantes e dos pedreiros. Este é também um grande aprendizado que pode ser identificado a partir da construção das casas embrião, uma vez que a instabilidade na vida das famílias significou a instabilidade do ritmo da obra. Isso se verificou de forma progressiva na construção das casas. À medida que as obras foram atrasando, formou-se um ciclo vicioso em que o desgaste físico e psicológico dos mutirantes e pedreiros causou o progressivo atraso das obras.

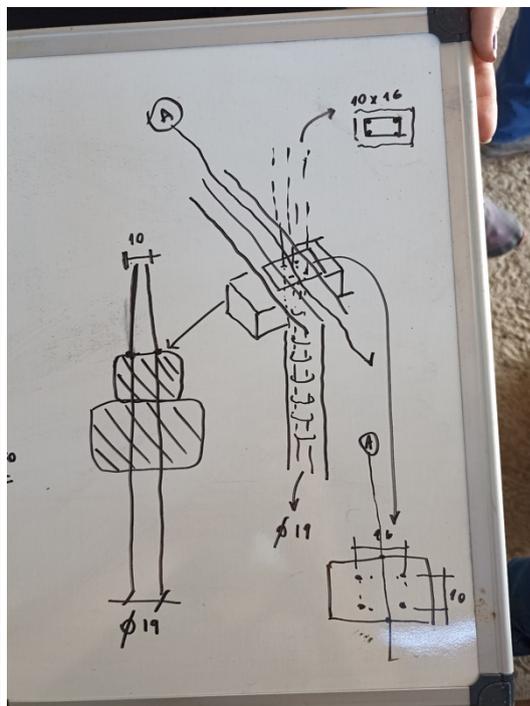
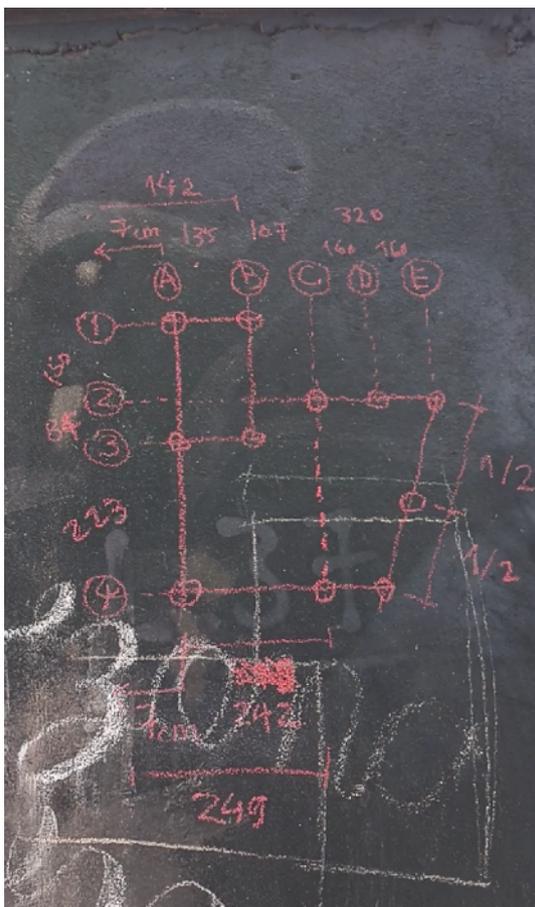


Figura 11. Planta de uma das casas embrião feita a mão por um membro da equipe técnica em campo para diálogo com o pedreiro responsável (fonte: acervo dos autores, São Paulo, 2022).

Figura 12. Desenho elaborado pela equipe técnica em discussão com os pedreiros sobre solução para amarração de ferragens na transição da fundação para os pilares (fonte: acervo dos autores, São Paulo, 2022).

5. Conclusão

Observa-se que, a partir do relato de duas atuações sobre a prática extensionista e de assessoramento técnico em uma ocupação de moradia na zona sul da cidade de São Paulo, é possível *crescer dentro do conhecimento* (Ingold, 2013), partindo da experiência prática e das relações cultivadas junto aos territórios populares.

Sobre o processo de autourbanização, evidencia-se os limites e a potencialidades de promover uma urbanização baseada nas condições materiais e socioeconômicas dos moradores para a execução de um projeto no território. Uma vez que estas condições configuram os próprios meios de produção do espaço, as limitações materiais e temporais (de trabalho) dos moradores se tornam os aspectos centrais para a viabilização da autourbanização. Com isso, além da apropriação da dimensão espacial do plano geral proposto para a ocupação, torna-se evidente a necessidade de compreender e gerir a dimensão do tempo para que o espaço possa ser transformado. A compreensão da micropolítica das vidas individuais e coletivas que definem estes meios materiais e temporais é apenas possível com a presença enquanto profissionais com o território, concebendo os moradores como os sujeitos que são.

Na construção das casas embrião, a relação dialógica e de confiança estabelecida entre equipe técnica, extensionistas, moradores e pedreiros possibilitou aprendizados, não só no momento do curso para os pedreiros, mas durante todo o processo de execução da obra. O curso de pedreiros foi um momento fundamental de troca de saberes técnicos, acadêmicos e populares, onde as

aulas e a ação prática no canteiro-escola fizeram com que se abrisse um espaço de comunicação entre os envolvidos na construção, sendo o projeto arquitetônico constantemente redesenhado, inclusive, com apontamentos dos próprios pedreiros acerca das melhores formas de executar as etapas da casa. Além disso, foi possível aprender no dia-a-dia da obra em mutirão, nas diferentes formas de saber-fazer a moradia, mas também na convivência cotidiana com os moradores da ocupação.

A partir do que foi elucidado acima, percebe-se a importância de um ensino atrelado à prática profissional. A atuação em extensão universitária e ATHIS tem o potencial de realizar novas lógicas de aprendizado por meio do *aprender fazendo*. Sem a práxis, a teoria ensinada na universidade torna-se apenas informação codificada sem aplicação real, e que, muitas vezes, proporciona “soluções” descoladas da realidade, e que, constantemente se dão em contextos fictícios e de *tabula rasa*, sem incorporar culturas, condições econômicas, sociais, políticas e aspectos físicos e morfológicos preexistentes.

6. Referências

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. São Paulo: Boitempo, 2018.

CALDEIRA, Teresa. **Peripheral urbanization: Autoconstruction, transversal logics, and politics in cities of the global south**. Environment and Planning D: Society and Space, 35(1), 3–20. 2017. <https://doi.org/10.1177/0263775816658479>

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 1974.

INGOLD, Tim. **Fazer: antropologia, arqueologia, arte e arquitetura**. Petrópolis: Ed. Vozes, 2022.

MARICATO, Ermínia. **Autoconstrução, a arquitetura possível**. In: MARICATO, Ermínia (org). A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial. São Paulo. Editora Alfa-Ômega, 2ª ed., 1982, p. 71-93.

MORADO NASCIMENTO, Denise. **Outra lógica da prática**. p. 15-27. In: MORADO NASCIMENTO, Denise (org.). Saberes [auto]construídos. Belo Horizonte: Associação Imagem Comunitária, 2016.

BONDUKI, Nabil; ROLNIK, Raquel. **Periferias: ocupação do espaço e reprodução da força de trabalho**. São Paulo: FAU-USP, 1979.

SANTO AMORE, Caio. e LEITÃO, Karina. **Favela de nome, cidade de fato**. In: FERREIRA, Lara; OLIVEIRA, Paula; e IACOVINI, Victor. Dimensões do intervir em Favelas: desafios e perspectivas. 1. ed. São Paulo: Peabiru-TCA e Coletivo LabLaje, 2019. p. 17-20.

SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos. **“Como e quando pode um arquiteto virar antropólogo?”**. In: VELHO, Gilberto (org). O desafio da cidade: Novas Perspectivas da Antropologia Brasileira. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1980a, p. 37-57.

_____. **Como projetar de baixo para cima – uma experiência em favela**. Revista de Administração Municipal, Rio de Janeiro, ano 27, n.156, p.6-27, 1980b.

SAMPAIO, Maria Ruth; LEMOS, Carlos A. C. **Habitação Popular Paulistana auto-construída**. São Paulo: Universidade de São Paulo - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. 1978.

MARTINS, Maria Lucia Refinetti Rodrigues. **Moradia e mananciais: tensão e diálogo na metrópole**. São Paulo: FAUUSP/ FAPESP, 2006.

OLIVEIRA, Beatriz Mendes de. **Ocupação Anchieta: conflitos e experiências na luta por moradia**. Trabalho Final de Graduação (Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade

de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. Orientador Caio Santo Amore de Carvalho. São Paulo, 2021. 161f.

GOMES, Rodrigo. **Cresce o número de ocupações no extremo sul de São Paulo**. 2013. Rede Brasil Atual. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2013/08/cresce-o-numero-de-ocupacoes-no-extremo-sul-de-sao-paulo-3246/>. Acesso em: 13 nov. 2020.

VALLADARES, Licia do Prado. **A invenção da favela: do mito de origem à favela.com**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2005.

ⁱ Termo explicado mais à frente no presente artigo.

ⁱⁱ LE Nº 898/75, LE Nº 1.172/76, LE Nº 12.233/06 e LE Nº 13.579/09.

ⁱⁱⁱ Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Estado de São Paulo.

^{iv} Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil.

^v Apesar dessa descrição, reconhece-se que não se trata de uma distinção estruturada em uma literatura acadêmica consolidada, afinal, o próprio termo autourbanização não é frequentemente mobilizado. Ainda assim, este termo tem sido bastante usado pelos integrantes da assessoria técnica para marcar a distinção mencionada, portanto, considera-se que há pertinência em seu emprego.

^{vi} A ONG é a SELAVIP - Servicio Latinoamericano, Africano y Asiático de Vivienda Popular.

^{vii} O projeto CoPolis é financiado pela ANR e pela FAPESP e coordenado pela UMR LAVUE e pelo LabHab da FAUUSP, juntamente com o LABJUTA da UFABC, a FAU UP Mackenzie, em colaboração com o LEUS da PUC-Rio, e as associações Alliance Citoyenne, APPUII, APU des Villeneuves, Peabiru TCA e UPC de Roubaix..

^{viii} Conforme os termos da LF No 13.465/17.

^{ix} Ver mais em: <https://www.selavip.org/es/noticias/llamado-postulacion-proyectos-2022>. Acesso em: 23 dez. 2022.